

Tiago Moraes Silva<sup>1</sup>  
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto<sup>2</sup>  
Leonardo Xavier da Silva<sup>3</sup>

*Processo de reprodução social da  
agricultura familiar em Praia Grande (SC):  
dinâmicas demográficas e ocupacionais*

## **Introdução**

Nos últimos anos, no meio rural brasileiro, acompanham-se com preocupação as tendências de queda do emprego e da renda agrícola. Cada vez mais se consolida como um dos problemas agrários herdados da modernização do campo no país e do avanço da mercantilização da agricultura familiar. E se reflete diretamente na reprodução social dos agricultores familiares de muitas regiões rurais do Brasil.

A noção de mercantilização utilizada aqui se refere às mudanças na base técnico-produtiva das atividades agropecuárias que resultou numa crescente externalização de etapas do processo produtivo. Com isso, gera-se uma multiplicação das relações mercantis, em que as tarefas inicialmente coordenadas pelo próprio agricultor passam a ser coordenadas pelos intercâmbios mercantis, afetando não somente as atividades de produção como proporcionando uma transformação completa do processo de produção, assim como faz crer Ploeg (1992).

---

<sup>1</sup> Economista, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tiagotms@brturbo.com.br.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mielitz@ufrgs.br.

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br.

Como exemplos podem-se citar: aquisição de sementes, adubos químicos, herbicidas e serviços de máquinas, entre outras, que passaram a fazer parte do cotidiano das atividades agropecuárias. Além de um conjunto de inovações tecnológicas que aumentaram a produtividade do trabalho e reduziram as ocupações da mão de obra no campo<sup>4</sup>.

Há nesse processo, o surgimento de novas atividades e pontos que merecem destaque, como: a) aumento da produtividade do trabalho a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda família passaram a ter caráter mais individualizado; b) integração da unidade produtiva às redes de produção; c) emergência de agências prestadoras de serviços como, preparo do solo, colheita, pulverizações etc., que antigamente faziam parte do dia a dia dos estabelecimentos rurais.

Como consequência: cria-se uma produção em grande escala, vinculada ao abastecimento de mercados globais que estaria levando, além de uma redução nos índices de emprego e renda, a uma pequena diversificação das atividades econômicas em seu entorno, ou seja, à especialização produtiva nas atividades agropecuárias. Conformam-se uma nova ruralidade onde crescem as ocupações não agrícolas e essas famílias rurais dependem cada vez menos da renda proveniente da agricultura. Há ainda um leque de fontes de rendas de aposentadorias rurais, bem como outras ocupações/atividades que complementam sua renda total.

Na região sul do país, mais recentemente, ao contrário do êxodo rural tradicional, (entre a década de 1970 e 1990), que expulsava toda família, novas dinâmicas demográficas se configuram, dada a dificuldade de “viver” somente com a renda na agricultura. Nesse sentido, novos estudos rurais, como Anjos e Caldas (2005) vêm alertando para o aparecimento de um êxodo rural mais “seletivo”, no qual se remete às cidades a população mais jovem (idade ativa), e, em alguns casos, preferencialmente mão de obra feminina, gerando-se os fenômenos da masculinização e envelhecimento da população rural. Especificamente desde a década de 1990, pesquisas têm se dedicado a essa pro-

---

<sup>4</sup> Sabe-se que a produtividade do trabalho tem crescido espetacularmente ao longo do tempo, acompanhando a experiência internacional, mas vem ocorrendo uma retração significativa de emprego na agricultura. Este contínuo declínio das rendas agrárias obriga os produtores a um permanente estado de renovação tecnológica para aumentar a produtividade dos fatores. A esse respeito, Cochrane (1979) utiliza o termo *treadmill* (esteira rolante) para expressar a dinâmica sobre o conjunto da produção agropecuária que reduz os agricultores à dependência de inovações que lhes garantam aumentos progressivos no rendimento de suas atividades.

blemática. Em especial, destaca-se o projeto Rurbano<sup>5</sup>, comprovando este cenário em várias regiões rurais do país, todavia com peculiaridades típicas da diversidade própria do meio rural brasileiro.

O presente artigo se filia a tais estudos e tem como objetivo: identificar os fatores determinantes que ajudem a explicar a redução de mão de obra nas atividades agropecuárias no município de Praia Grande da década de 1980 à atualidade. E analisar as dinâmicas demográficas, ocupacionais e estratégias dos agricultores para sua reprodução social neste período.

Sinteticamente, o estudo se utilizará de três referenciais teóricos. De uma forma geral, a abordagem da mercantilização da agricultura (já referida), o conceito de pluriatividade e a noção do “Novo Rural”, de acordo com Graziano (1997). A utilização do primeiro permeia toda a problemática proposta. Já o segundo tem o intuito de investigar qual a participação do fenômeno ao longo dos últimos anos em Praia Grande nesta nova configuração do mercado de trabalho. Enquanto que a noção do “Novo Rural” sintetiza, de acordo com o ponto de corte da pesquisa, as transformações e as dinâmicas existentes no campo brasileiro nas últimas décadas.

No município de Praia Grande gerou-se um quadro no qual predomina a especialização produtiva no cultivo de arroz. Há ainda o cultivo de banana nas zonas da encosta, do fumo em muitas unidades produtivas, além do milho. Estas, as quatro principais culturas no município, nos seus atuais 481 estabelecimentos agropecuários, basicamente com pequenas propriedades, concentradas na faixa de 10 a 50 ha, onde prevalece a agricultura familiar (IBGE/SIDRA, 2006 e 2008). Observa-se também um êxodo rural intenso desde 1970 até o ano 2000, reduzindo-se nesta última década, conforme Censo Demográfico 2010. E queda acentuada da mão de obra nas atividades agropecuárias que, pelos dados do último Censo Agropecuário 2006<sup>6</sup>, acompanha este movimento populacional.

O artigo está estruturado, além desta seção introdutória, de mais seis seções. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na seção seguinte resgata-se o referencial teórico do “Novo Rural”, do processo de mercantilização da agricul-

---

<sup>5</sup> O Projeto Rurbano já resultou em seis livros, diversas teses e dissertações e compõe-se de 25 pesquisadores de 11 estados brasileiros, desde 1996. Analisam-se as novas relações entre o rural e o urbano. O projeto está dividido em fases, e atualmente está na fase IV. As publicações estão disponíveis em [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano).

<sup>6</sup> Na quarta seção são apresentados estes dados.

tura familiar e da pluriatividade, vinculada à noção de estratégias e os estilos de agricultura. A quarta seção privilegia os dados secundários, apresentando: o êxodo rural no município de Praia Grande, a redução da ocupação da mão de obra agrícola e o fenômeno da sua masculinização, além do crescimento do cultivo de arroz na região. A partir da quinta seção são apresentados os resultados da pesquisa de campo. Primeiramente são trazidas as tendências demográficas em Praia Grande, com destaque para os fenômenos do envelhecimento, masculinização e êxodo rural “seletivo”. No item seguinte, abordam-se as ocupações e rendas do agricultor familiar, enfatizando o crescimento da pluriatividade. E, posteriormente, aglutinam-se as estratégias de produção dos agricultores. Na penúltima seção, faz-se uma breve análise e discussão dos resultados da pesquisa. Na sétima seção, apresentamos as considerações finais, procurando sintetizar as principais questões propostas do estudo de caso.

### Procedimentos metodológicos

A metodologia deste estudo está composta principalmente pela pesquisa de campo, através de entrevistas semiabertas e questionários semiestruturados aplicada aos informantes-chave<sup>7</sup> e aos agricultores familiares, pelo processo de amostragem no município de Praia Grande (SC) e pelos dados secundários do IBGE, dentre os quais estão Censos Demográficos e Agropecuários. A pesquisa de campo dividiu-se em três etapas, com os seguintes interlocutores: a) 1<sup>a</sup> etapa: pesquisa de campo exploratória<sup>8</sup> aplicada a *informantes-chave e agricultores familiares* – entrevistas semiabertas – junho de 2010; b) 2<sup>a</sup> etapa: pesquisa de campo somente com *informantes-chave* – questionários semiestruturados – fevereiro de 2011, e c) 3<sup>a</sup> etapa: pesquisa de campo somente com agricultores familiares – questionários semiestruturados – abril de 2011.

A amostra dos informantes-chave procurou constituir-se de forma heterogênea, abrangendo os principais órgãos de governo, organizações sociais, instituições financeiras e de prestações de serviços da

---

<sup>7</sup> O conceito de informante chave adotada neste estudo baseou-se nas ideias formuladas por Minayo que os considera como “informantes particularmente estratégicos para revelar os segredos do grupo” (MINAYO, 1992, p. 118). Ou seja, pessoas que, por sua inserção na comunidade, sejam capazes de representar os pontos de vista da coletividade.

<sup>8</sup> Foram realizadas oito entrevistas. Seis destas com organizações (EPAGRI, Associações de agricultores, dentre outras) e duas diretamente com agricultores familiares.

área rural do município. Nesta segunda etapa, foram aplicados 11 questionários semiestruturados. Já na terceira etapa, a composição da amostra de agricultores familiares abrangeu um percentual de 10% de estabelecimentos agropecuários do município<sup>9</sup>. Foram calculados 43 estabelecimentos para a pesquisa nas 22 comunidades rurais de Praia Grande<sup>10</sup>. O método empregado foi a Amostragem Sistemática por comunidade, pois a sua vantagem é a que ele necessariamente abrange todas as comunidades do município uma vez que são calculados percentuais sobre a população de cada uma que irá compor a amostra total.

O conceito utilizado para a formação da amostra levou em consideração os três elementos básicos que são chave para a delimitação do que sejam agricultores familiares. São eles: a) família: mínimo de duas pessoas (matrimônio, parentesco etc.); b) terra: acesso à terra; c) trabalho: elo de ligação entre as duas dimensões anteriores. A definição de pluriatividade usada na pesquisa é a de que famílias pluriativas são aquelas em que alguns dos membros que compõem o núcleo familiar exercem um tipo de atividade considerada não agrícola. Para efeitos desta pesquisa, atividades não agrícolas<sup>11</sup> são aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal. Já os critérios para êxodo seletivo são a migração da população mais jovem do meio rural para o meio urbano. O que significa dizer que a dinâmica tem conduzido às cidades as camadas mais importantes da População Economicamente Ativa.

---

<sup>9</sup> A relação completa da amostra, com a indicação de quantidade de famílias entrevistadas por comunidade, pode ser encontrada em Silva (2011).

<sup>10</sup> Em primeiro lugar, dividiu-se o município em comunidades conforme as informações dos próprios técnicos da EPAGRI que residem no município. Cada comunidade entrou na amostra com o peso proporcional ao seu número de famílias. A partir disso, chegou-se a um número  $x$  de questionários máximos estipulados para serem feitos em cada uma. Depois, dividiu-se este  $x$  ( $n$ ) pelo número de famílias rurais totais do município ( $N$ ), gerando um número percentual. Este percentual foi utilizado para definir quantas famílias seriam entrevistadas em cada comunidade. O percentual encontrado ( $n$ ) foi arredondado.

<sup>11</sup> Beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura* (agregação de valor ao produto) enquadram-se como não agrícolas. Exemplo: produção de açúcar mascavo na propriedade. Trabalho temporário em colheitas, limpeza e plantio fora da propriedade não é considerado como atividade não agrícola.

## **“Novo rural”: o avanço da mercantilização da agricultura e as dinâmicas demográficas e ocupacionais**

De acordo com o que já defendia Graziano (1997): “(...) o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. As características que identificam esse “Novo Rural”, a exemplo do que ocorre nos países desenvolvidos, se compõem basicamente por três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercados.

O aparecimento de “novas” atividades no espaço rural estaria introduzindo um conjunto de “novas funções”, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.

Nessa nova ruralidade, o êxodo rural tem sido cada vez mais seletivo, principalmente nas duas últimas décadas, o qual tem remetido às cidades o grosso da mão de obra jovem e preferencialmente feminina. Diferentemente do êxodo rural que se presencia no Brasil até a década de 1980, muito superior pela quantidade de pessoas que migravam e pela homogeneidade quanto a sexo e idade. Todos os membros das famílias abandonavam o meio rural, ou melhor, eram “expulsos” pelas condições adversas do campo, conjugada com o acelerado processo de industrialização do país, demandante de mão de obra barata<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O deslocamento de vastos contingentes humanos no sentido campo-cidade, como este que ocorreu no Brasil nos anos 1970 – quase 16 milhões de pessoas – não pode ser explicado como resultante de um somatório de opções de indivíduos ou de famílias. A opção para migrar é reflexo de transformações na esfera da organização da produção e da realocação espacial dos recursos econômicos num dado momento histórico. O êxodo rural revela “[...] descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 59).

Já na atualidade, há crescente preocupação quanto à sucessão da profissão de agricultor, ou seja, à renovação da força de trabalho no campo. Esta dinâmica tem levado ao surgimento dos fenômenos demográficos da masculinização e do envelhecimento da população rural. A sucessão, formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005). Para Anjos e Caldas (2005), a sucessão é um verdadeiro código cultural que orienta as escolhas e procedimentos dirigidos a garantir que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original.

O envelhecimento é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem. Destacam-se como fatores: a) a redução da participação da população jovem no campo; b) o retorno da população aposentada do meio urbano ao campo; e c) a redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa do brasileiro. Segundo Beltrão, Camarano e Kanso (2004), o envelhecimento de uma população, considerado sob o ponto de vista demográfico, é o resultado da manutenção, por um período de tempo razoavelmente longo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem.

Anjos e Caldas (2005) argumentam que diminuiu o papel das mulheres nas atividades produtivas no meio rural. Elas passam a ter maior escolaridade que os rapazes, sendo então escolhidas pela família para o “desapego” à realidade rural em uma preparação à vida e ao matrimônio urbano, gerando a masculinização da população no campo. Enfim, esses autores, entendem-na como consequência da modernização da agricultura, inserida num amplo processo de “desagravização” do rural brasileiro, no qual há um crescente masculinização nos processos de trabalho.

Essa “desagravização” pode ser entendida como processo de mercantilização da agricultura familiar. Ploeg (1992) argumenta como o resultado de relações sociais que expressam a luta entre diferentes atores pelo controle de recursos e processos e que esta carrega para o interior das relações sociais a “lógica do mercado”. Refere-se à redução de autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente em circuitos em que predominam as trocas mercantis. Chega-se ao que Ploeg (1990) denomina “mercantilização diferencial”, compreendida pelos distintos graus de inserção das unidades de produção, os quais

são mensurados a partir da proporção fixada entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis vis-à-vis aqueles valores de uso reproduzidos internamente. Nisto, entende-se a compra de insumos produtivos e ainda de outros que não se relacionam diretamente ao processo produtivo, como a comercialização de produtos gerados na unidade de produção. Exemplifica-se também: a compra de máquinas, a contratação de mão de obra, a venda da produção agropecuária, incluída a venda da própria força de trabalho familiar e a obtenção de financiamentos nos mercados de crédito.

A mercantilização reflete a pressão que as estruturas de mercados exercem sobre os atores, mas que também ela pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores. “Agência humana”, conforme Long (2001, p. 16) ao referir-se: “[...] ao ator individual a capacidade de processar experiência social e inventar maneiras de ordená-las com a vida social, inclusive sob as formas mais extremas de coerção”. Nesta passagem, denota-se a defesa do autor:

En esta coyuntura es importante enfatizar que cuando hablamos de agencia queremos ir más all de la mera capacidad de actores individuales particulares de monitorear, evaluar y llegar a una comprensión cognoscitiva de sus mundos sociales. La capacidad para actuar también implica la disposición de otros para apoyar, acceder, o cuando menos seguir la corriente a los modos particulares de acción (LONG, 1998, p. 13-14).

Segundo Ploeg (2003), cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. Trata-se de um processo não linear, com avanços e reveses, e fundamentalmente, expresso na inserção diferencial das unidades de produção dos mercados. Desse modo, o fato de os agricultores mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados cria “espaços de manobra” e estratégias para manter e ampliar sua autonomia. Por conseguinte, é equivocada tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia<sup>13</sup> quanto a de que este processo esteja concluído.

Entre as estratégias, destaca-se a pluriatividade. De acordo com Schneider (2009), esta se associa essencialmente à disponibilização de

---

<sup>13</sup> A partir da qual o autor denomina um novo enquadramento teórico para o camponato. Para um maior detalhamento do conceito de autonomia, ver Ploeg (2008).



mão de obra familiar causada pela mecanização dos processos produtivos, da terceirização dela gerada, além da necessidade de rendas complementares em função da queda das rendas agrícolas, diretamente relacionada à baixa nos preços das *commodities* agrícolas e do aumento dos custos de produção. Ela permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Enfim, o conceito deve ser entendido como estratégia específica de reprodução social em unidades familiares de produção tanto a pressões internas (ciclo vital, demandas sociais de consumo), quanto externas (queda nos preços agrícolas, elevação nos custos de produção), bem como à existência de um mercado de trabalho dinâmico, como o que atualmente se consolida.

Já os novos estilos de agricultura, de acordo com Ploeg (2003), surgem da capacidade de resistência da agricultura familiar, cujos agricultores utilizam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante da modernização. Alguns estilos se caracterizam pelo afastamento do projeto de modernização, enquanto outros podem internalizar as relações desse projeto. E é o conjunto de estratégias que determina qual o caminho que a unidade familiar de produção irá seguir<sup>14</sup>. Estas estratégias correspondem às mudanças nos processos de trabalho, a investimentos de capital, ao ciclo produtivo, à reprodução do grupo familiar inclusive às relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência dos mercados.

Quando o caminho segue a corrida tecnológica da modernização, geralmente se acentua a especialização produtiva fundada em recursos externos, bem como a dependência em relação às flutuações dos preços internacionais e a custos de produção e transação. Se outro caminho for seguido, em busca de mais autonomia para se livrar das obrigações impostas pelos mercados, pelos bancos, pelos comerciantes, pelas agroindústrias, entre outros, os agricultores procuram orga-

---

<sup>14</sup> Na quinta seção, no terceiro tópico, com base na pesquisa de campo, são formuladas questões que procuram identificar essas estratégias entre os agricultores familiares de Praia Grande.

nizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades.

Em síntese, compõe-se de estratégias de internalização de recursos produtivos e desmercantilização, de aumento da produção para autoconsumo familiar, de inserção em novos mercados, de produção agroecológica e de alguns tipos de pluriatividade. Na quinta seção, pesquisa de campo, o estudo apresentará exemplos dessas estratégias, como a produção agroecológica nos cultivos de arroz orgânico e de banana orgânica. E ainda da inserção em novos mercados como o turismo rural (trazer o turista diretamente às propriedades rurais, ao sistema “colhe e pague” de produtos coloniais e orgânicos) e o artesanato (incentivar a utilização principalmente da fibra da bananeira para a produção de bolsas, chapéus, entre outros produtos).

### **Dinâmicas demográficas e de ocupação e a especialização produtiva em Praia Grande**

Primeiramente, vejamos a evolução da população rural e urbana do município, desde a década de 1970 até os dias atuais:

**Tabela 1:** Evolução da população no município de Praia Grande (SC) por residência em zona rural e zona urbana de 1970 a 2010

Zonas	Anos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	1.466	1.876	3.321	3.937	4.300
Rural	6.674	5.732	4.258	3.349	2.970
Total	8.140	7.608	7.579	7.286	7.270

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Na tabela acima, observa-se que no período de 40 anos, a população rural de Praia Grande reduziu-se em mais da metade (56%), diminuição aliada ao forte crescimento da população residente urbana, além de uma perda absoluta de população no município como um todo. Outro ponto importante reside no fato de que estancou a perda de população total na última década. Esta se estabilizou em torno de 7.200 habitantes. De certa forma, o êxodo rural continua, mas com redução significativa se comparado à década anterior. Detendo-se no período 1991-2000, tem-se que aproximadamente 900 pessoas deixaram o campo, enquanto no período 2000-2010 esse número cai para 380 pessoas.

Entre os fatores que ajuda a explicar essa migração provém da implementação do Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - (PROVÁRZEAS)<sup>15</sup>. Especificamente no município, houve grandes investimentos em tecnologia agropecuária (sistematização das várzeas, mecanização, uso intensivo de fertilizantes e outros insumos químicos). Além disso, foram feitos outros investimentos importantes na infraestrutura da região Sul de Santa Catarina (localização de Praia Grande), como o melhoramento de estradas, a ampliação da rede elétrica e da telefonia, entre outros. De acordo com Silva e Scheibe (2006), as lavouras de arroz, altamente qualificadas e integradas aos mercados nacionais e internacionais, expandiram-se muito nas últimas três décadas, constituindo um fenômeno que transformou a paisagem de toda a região sul catarinense.

Observe-se na tabela abaixo a ocupação da mão de obra no meio rural desde meados da década de 1980, a fim de melhor entender o movimento do êxodo rural, acima demonstrado, bem como os efeitos deste crescimento da especialização no cultivo de arroz, no mercado de trabalho rural:

**Tabela 2:** Pessoal ocupado\* em estabelecimentos agropecuários em Praia Grande (SC), com dados dos Censos Agropecuários 1985, 1995 e 2006 – IBGE

Anos	1985	1995	2006
Total de pessoas ocupadas	3.734	2.258	1.272

**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir de Censos Agropecuários (1985, 1995/1996 e 2006).

\*Dados conforme tipologia do IBGE, a qual considera como unidade de análise os estabelecimentos agropecuários.

Os dados acima enfatizam a brusca queda de pessoal ocupado em atividades agropecuárias no município que, de modo geral, tem sido consequência do avanço do processo de mercantilização da agricultura, anteriormente discutida.

Na tabela abaixo, visualiza-se ainda, a masculinização da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários em Praia Grande, o que

---

<sup>15</sup> O PROVÁRZEA foi concebido em 1978, no Governo João Figueiredo. Atualmente, este tem como entidade executora o IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

pode ser visto pela participação das mulheres que, conforme Censo Agropecuário, de 42,93% em 1985, cai para 31,92% no ano de 2006. Corrobora-se esse comportamento com a ideia de diminuição do trabalho feminino, que parece estar alinhado ao processo de especialização produtiva, principalmente no arroz, retirando paulatinamente o papel da mulher no mercado de trabalho agrícola no município, além dos limites do crescimento do emprego agrícola referidos anteriormente, entre outras causas.

**Tabela 3:** Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por sexo, em Praia Grande (SC), segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006

Censos Agropecuários	Homens	%	Mulheres	%	Total do Pessoal ocupado
1985	2.131	57,07	1.603	42,93	3.734
1995	1.360	60,23	898	39,77	2.258
2006	866	68,08	406	31,92	1.272

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (1985, 1995 e 2006).

Ilustrativo desse processo, cabe dar especial atenção à evolução recente (década de 1990 em diante), do crescimento do cultivo de arroz irrigado no município de Praia Grande.

**Tabela 4:** Área plantada em hectares da lavoura de arroz e área total da lavoura temporária do município, 1994 a 2008

Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
TOTAL (ha)	5.157	4861	4048	4000	4000	3791	3736	3682
Arroz (ha)	2.400	2600	2400	2400	2400	2500	2650	2750

  

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL	3621	3794	3894	4.163	4.161	4.124	4.106
Arroz (ha)	2800	2900	3000	3.300	3.300	3.320	3.300

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados do SIDRA/IBGE.

Analisando esses dados, percebe-se o aumento da participação do arroz na área plantada/colhida no município, cujos últimos quatro anos (2004 a 2008) chega a ocupar 80% da lavoura temporária, ao passo que, em 1994, por exemplo, este cultivo ocupava 46% da mesma

no total do município. Este arranjo evidencia uma das características do “Novo Rural” de que falava Graziano (1999) – uma agropecuária baseada em *commodities* ligada às agroindústrias – e comprova a tendência à especialização produtiva, de acordo com o aporte teórico referido na seção anterior.

## Resultados da pesquisa de campo em Praia Grande (SC)

### *Tendências demográficas: envelhecimento, masculinização e êxodo “seletivo”*

Neste item, a partir da pesquisa de campo, analisamos a composição familiar quanto à idade dos chefes das famílias e à quantidade de membros das famílias, e discutimos a evolução demográfica, desde a década de 1970 até os dias de hoje, conforme tendências já apontadas.

**Tabela 5:** Idade do chefe do estabelecimento no município de Praia Grande

Estratos	Quantidade (n°)	Percentual (%)	Perc. Acumulado (%)
25 a 40 anos	1	2,86	2,86
41 a 50 anos	10	28,57	31,43
51 a 60 anos	10	28,57	60,00
> 61 anos	14	40,00	100,00
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril de 2011.

Observando-se a tabela, constatamos que 68,57% dos chefes dos estabelecimentos estão acima de 51 anos de idade, sendo que a maioria deles ainda possui mais de 61 anos, como indicam 14 chefes de famílias entrevistadas. Diante disso, intuímos que, ao longo destas últimas décadas, prevaleceram migrações principalmente da população mais jovem, restando no meio rural uma população envelhecida na gestão das propriedades rurais. Observamos também que 62,86% dos estabelecimentos entrevistados têm somente até três membros na família residindo no meio rural. E ainda que em nove famílias entrevistadas (25,71%) compõem-se de somente duas pessoas, predominando, em quase 100% destes, chefe e seu cônjuge, geralmente são aposentados. Os dados fazem com que encontremos

explicações para o fenômeno verificado acima. Para Beltrão, Camarano e Kanso, (2004, p. 17-18):

(...) “A queda da fecundidade gerou uma modificação nos pesos relativos dos diversos grupos etários, levando a um processo conhecido como envelhecimento pela base. A redução da mortalidade, especialmente nas idades mais avançadas, leva a que esse segmento populacional que passa a ser mais representativo no total da população sobreviva por períodos mais longos, resultando no envelhecimento pelo topo. Esse processo é mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, uma vez que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade, etc. Altera também a demanda por políticas públicas e a pressão pela distribuição de recursos na sociedade”.

Tais fenômenos têm gerado preocupações no tocante à sucessão familiar das propriedades rurais, já que, no êxodo rural do passado, as grandes famílias (elevado número de filhos) compensavam essa perda. Outra característica que pode ser extraída da tabela anterior é a da individualização da gestão da produção. Esta se consolida como tendência em Praia Grande, onde os pais ficam encarregados das atividades agropecuárias e os filhos, das atividades fora da propriedade. Outra tendência é o fenômeno da masculinização, ratificando os dados secundários anteriormente apresentados. Há predomínio masculino nas ocupações agrícolas, principalmente entre os agricultores que têm no arroz sua principal atividade. De uma forma geral ocorre um crescimento da masculinização da força de trabalho no meio rural do município observado nas faixas de idade ativa para o trabalho.

Em termos de organização da unidade familiar de produção, houve transformações das atividades produtivas. Entre elas, uma diminuição generalizada dos requerimentos de mão de obra, que expressa à vulgarização dos insumos modernos (adubos, herbicidas, inseticidas, equipamentos etc.) E, por outro lado, houve uma masculinização crescente do processo de trabalho que retirou a mulher rural das atividades agrícolas, em muitos casos, somente para ocupações de dona de casa, tais como cuidado dos filhos, preparo da comida, cuidados com horta familiar etc.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), há diferenças importantes do período atual em relação ao que ocorria no passado, quando as mulheres tinham escolaridade menor e, por consequência, menores oportunidades de emprego, permanecendo no campo. Com isto, a

grande ausência de jovens do sexo feminino pode estar contribuindo para um baixo nível de fecundidade no campo e conseqüentemente para o envelhecimento da população rural.

A pesquisa de campo também comprova o intenso processo de êxodo rural ao longo das últimas décadas, nas 22 comunidades rurais do município. Exemplificamos este fenômeno mesmo em comunidades bem díspares, tanto na comunidade Pedra Branca, mais antiga e distante do centro da cidade, onde vivem quilombolas, região mais acidentada e de difícil acesso, como na comunidade Sanga da Ripa, de acesso relativamente fácil. Esta última tinha o fumo como principal cultivo e hoje é típica produtora de arroz. Em ambas, houve forte êxodo rural, conforme relatos que transcrevemos literalmente:

“Metade dos quilombolas saíram. E hoje a maioria dos quilombolas são diaristas nas estufas de fumo. Aqui hoje são 27 famílias de quilombolas”. (Entrevistado da comunidade Pedra Branca). “Tinha há anos atrás aqui sete estufas de fumo. Hoje não tem mais. E a escola fechou. Acho que não ficaram 5%”. (Entrevistado da comunidade Sanga da Ripa).

“Aqui, dos 40 anos pra baixo são muito poucos, dois ou três irmãos tocam 100 ha de arroz” (Entrevistado da comunidade Figueira). Já nas comunidades da região da encosta, onde predomina os bananicultores, pelas suas respostas, podemos ver que as migrações também foram consideráveis:

[...]” Sim. Mais de 60% saíram. Os velhos não podem sair. O Serafim tinha sete ou oito filhos aqui na agricultura. Hoje só tem um. O Raimundo tinha 12 filhos. Os filhos foram embora para a cidade”. (Entrevistado da comunidade Mãe dos Homens). “A maioria saiu do campo. Ficam bastante aposentados aqui na comunidade”. (Entrevistado da comunidade Mãe dos Homens).

Quanto ao movimento de êxodo jovem na atualidade, questionaram-se os informantes-chave se este tinha predominância de jovens do sexo feminino. Na sua maioria, os entrevistados entendem que são ambos os sexos que migram, não prevalecendo mulheres. Alguns relatos dos agricultores reforçam a ideia do êxodo jovem nos dias de hoje:

“Sim. Os jovens trabalham fora. Só ficam os mais velhos”. (entrevistado da Cachoeira). “Os jovens aqui da comunida-

de estão todos trabalhando na cidade nas fábricas de pia, de cabine de caminhão. Não tem mais escolas nas comunidades”. (Entrevistado da comunidade Vista Alegre).

### *Ocupações e rendas do agricultor familiar praiagrandense e a tendência de crescimento da pluriatividade*

Objetivou-se na captação das rendas dos agricultores familiares verificar suas origens (agrícola, não agrícola ou outra) a fim de se ter a participação de cada uma na renda total no âmbito da família, ou seja, identificar como esta se compõe dentre os membros das mesmas, a fim de ligá-las às estratégias estabelecidas.

As rendas dos agricultores familiares indicam a tendência de diminuição da participação das rendas agrícolas conjuntamente com o emprego agrícola, em detrimento da participação maior das rendas não agrícolas, bem como dos benefícios sociais com destaque para as aposentadorias<sup>16</sup>. Em termos de composição de renda, a pesquisa de campo indicou que, do total de 35 famílias entrevistadas, 18 destas, perfazendo mais de 51% do total, recebem benefícios previdenciários do chefe do estabelecimento. Além disso, dessas 18 famílias, 10 ainda contam com o benefício também para o cônjuge, possibilitando uma garantia maior de renda mínima mensal. Já em relação às rendas não agrícolas das 35 famílias, 15 têm alguma fonte dessa natureza. São provenientes de ocupações “urbanas” exercidas pelos filhos em 13 delas. A esse respeito, observe-se abaixo relatos obtidos na pesquisa de campo:

“Só da agricultura não se mantém com 8 ha. Tem que ter salário mensal”. (Entrevistado da comunidade Vila Glória). “Hoje em dia não se pode envolver muita gente numa atividade só”. (entrevistado da comunidade da Pintada). “É obrigado no mínimo um sair.” (Entrevistado da comunidade Rio do Boi).

Estas rendas não-agrícolas recebidas pelos filhos (jovens) têm um papel importante para a complementação de renda das famílias. Mesmo que estas se constituem cada vez mais, como se pode

---

<sup>16</sup> Na década de 1990, cresce o número de benefícios previdenciários no país da ordem de 52,93%, melhorando as condições de vida de milhares de domicílios rurais. Dados da PNAD de 1999, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), revelam que há em torno de 56,6% dos domicílios com presença de pelo menos um idoso aposentado, que é responsável pelo sustento da família (BRANDT, 2001).



perceber nas entrevistas, numa renda individualizada. Constitui-se num grave problema a ser enfrentado, pois tem ligação direta com a continuidade da profissão de agricultor e a sucessão nas propriedades. Comprova-se uma “ruptura” nos acordos familiares diminuindo o caráter familiar na tomada de decisões no meio rural substituído pelo individualismo dos tempos contemporâneos. Carneiro (2002, p. 9) expressa esse entendimento neste trecho: “O papel da família como instância privilegiada de mediação entre o indivíduo e a sociedade é neutralizado, abrindo espaço para estratégias concorrentes e antagônicas entre o indivíduo e a família”.

Atestou-se na quase totalidade dos informantes-chaves que houve um crescimento da pluriatividade entre as famílias de agricultores do município, onde pelo menos um dos filhos exerce atividades não agrícolas. Questionados sobre a causa deste fenômeno, os interlocutores apontaram com frequência a busca de renda como principal, mais especificadamente para 8 (oito) dos 11 (onze) entrevistados.

Das 35 famílias pesquisadas, 40% são pluriativas, ou seja, em 14 famílias, pelo menos um membro exerce atividades não agrícolas. Entretanto, a amostra ainda conta com 57% ocupadas somente em atividades agrícolas. Uma das características da pluriatividade é que ela se dá basicamente com os filhos exercendo as atividades não agrícolas, pois das 14 famílias pluriativas, 13 são pluriativas em função dos filhos. Somente em uma o chefe da família concilia atividades agrícolas e não agrícolas, o que nos estudos rurais se conhece pelo conceito de *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial).

Em relação às atividades não agrícolas, somam-se 38,46% na indústria (serviços gerais, vigilante etc.), seguidos de 15,38% em serviços domésticos (empregadas domésticas, faxineiras), 19,23% em outros serviços (marceneiros, pedreiros, manicures, guias de turismo) e 7,79% no comércio (secretárias, serviços administrativos), entre outras ocupações. Nesta apuração, trata-se geralmente de atividades de baixa remuneração e com baixo nível de qualificação, correspondendo às pesquisas do Projeto Rurbano.

Prevalece, portanto, a pluriatividade intersetorial, na qual há, nas famílias de agricultores, combinação de trabalho agrícola com atividades não agrícolas nos setores comercial, industrial e de serviços urbanos. No caso de Praia Grande parece que se consolida numa divisão familiar na qual os pais exercem as atividades agropecuárias e os filhos prevalecem nas atividades não agrícolas, essencialmente “urbanas”. Schneider (2009) pondera, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, cultu-

rais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Assim, a tomada de decisões e as opções, sejam de indivíduos ou de famílias, possuem um referencial que, na prática, se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. (SCHNEIDER, 2009, p. 115).

### *As estratégias de produção do agricultor familiar praiagrandense*

A pauta produtiva dos agricultores familiares, apurada na pesquisa de campo, vem seguindo a mesma trajetória, de baixa diversificação, conforme dados secundários apresentados na quarta seção. No entanto os dados mostraram pontos que exigem maior reflexão. A amostra que abrangeu os agricultores das 22 (vinte e duas) comunidades ratificou o predomínio nos principais cultivos para a comercialização: arroz, banana, fumo e milho.

**Tabela 6:** Principais produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares para comercialização no ano agrícola julho de 2010 a junho de 2011

Produtos Agropecuário	Número de produtores* com produção para venda	Médias (área plantada) em ha
arroz	14	25,70
fumo	6	4,83
banana	9	3,62
milho	7	4,5
eucalipto	4	4,25
mandioca	2	1,25

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo – 3ª etapa/abril 2011. Observações: \* foi considerado na amostra um total de 31 produtores e não os 35 agricultores familiares que corresponde à amostra total. 1) Três produtores das comunidades Vila Glória, Rio do Boi e Zona Nova produzem somente para autoconsumo e não foram considerados na relação acima. 2) Um agricultor da comunidade Vila Rosa mantém somente hortas e também não consta na relação. Atividade principal de turismo rural (*hostel*). 3) Um dos agricultores da comunidade Pedra Branca constou na relação acima somente com banana, mas ele também produz para venda pepino, morango, entre outros. 4) Constaram ainda para a venda outros cultivos/atividades, como cana de açúcar, bovinocultura de corte, suínos e maracujá. Todos estes são cultivados somente por quatro produtores, sendo cada um com uma dessas atividades.

Numa tipologia dos agricultores do município, a partir dos principais cultivos percebemos as estratégias predominantes (apuradas diretamente com os próprios agricultores e através dos informantes-chave). Entre os *estilos de agricultura*, ou seja, o conjunto de noções estratégicas relativo ao que consideram o melhor modo de organizar suas unidades de produção e vida social, basicamente estaria conformado entre: a) estilo com produção de arroz especializada (rizicultor); b) estilo com produção de banana especializada; c) estilo com produção de fumo semi-especializado<sup>17</sup>; d) estilo com produção agrícola diversificada.

O estudo propôs saber também quais as futuras estratégias produtivas dos agricultores, conforme reproduzida por esta questão: *o senhor pretende continuar com os mesmos cultivos?* Chegou-se aos seguintes resultados: a grande maioria, 29 agricultores, pretende continuar com a mesma pauta produtiva. Observa-se que, mesmo num quadro desfavorável, como o período atual, os agricultores se manterão concentrados nos mesmos cultivos. Contudo, avaliando qualitativamente as respostas, notamos certa imobilidade (engessamento) na busca por alternativas e no estabelecimento de estratégias de produção agrícola. Isso parece evidenciar a dificuldade do agricultor familiar de Praia Grande em criar aquilo que Ploeg (2003) denomina de “espaços de manobra”, que permitiriam distanciamentos estratégicos aos parâmetros de modernização agropecuários gestados ao longo desses anos.

No caso dos arroteiros, muitos argumentam que houve um “estrago” nas terras, o que não permitiria utilizá-la para outros cultivos. Além disso, há o fato destes produtores estarem bastante endividados, por serem produtores tomadores de crédito contumazes. Ocorre um ciclo vicioso de pegar dinheiro “novo” a cada safra para pagar dívidas anteriores. E o agricultor fica refém de suas dívidas e não consegue vislumbrar outras possibilidades, mesmo quando obtém prejuízos sucessivos em determinada atividade. Reproduzimos abaixo o que alguns deles dizem:

“Sou obrigado, a terra é própria para isso”. (agricultor da comunidade Vila Capitão). “Estragou a terra com arroz. É difícil mudar”. (agricultor da comunidade. Cachoeira). “Verdura não dá em Praia Grande. Não tem comércio”. (Agricultor da comunidade Passo Fundo). “Sim, tenho estufa financiada”. (Fumicultor da comunidade Rio Canoas).

---

<sup>17</sup> Nesse estilo desmembrar-se-iam outros na combinação de produção de fumo com milho e fumo com banana.

Embora tais agricultores tenham na sua propriedade os cultivos para autoconsumo, há excessiva especialização produtiva para venda. Gera-se uma vulnerabilidade econômico-social, visto que aumentam os riscos tanto ambientais, como eventos climáticos, frustrações de safra, além de econômicos conjunturais, pela excessiva dependência e concentração da renda.

No estilo com produção diversificada, está havendo certo crescimento de agricultores engajados na agroecologia. Com iniciativa da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM)<sup>18</sup>, o agricultor foi incentivado a adotar práticas mais sustentáveis, além de constituir-se num espaço de articulação e organização dos produtores ecológicos do município. Nesse sentido, entre os agricultores, há o crescimento de estratégias de internalização de recursos produtivos e des-mercantilização de aumento da produção para autoconsumo familiar, e de inserção em novos mercados através da produção agroecológica. Em termos quantitativos, a produção agroecológica no município, em 2010, de acordo com a ACEVAM, chegou a um total de 85 ha de área cultivada de banana orgânica, perfazendo 300 toneladas de banana comercializada, diante de um total de 25 famílias de agricultores associadas. Atualmente (ano de 2010) ainda consta-se com a produção de 40 ha de arroz orgânico certificado, produzido de forma sustentável, com uma produtividade de 100 sacas por ha, conforme afirma a EPAGRI local, além do crescimento de práticas, como os sistemas agroflorestais, entre outras.

Resgata-se dessas estratégias o atributo de *agência humana*, de que fala Long (2001), na capacidade dos agricultores familiares de processar a experiência social e inventar maneiras de ordená-las, inclusive sob coerção. E também se enquadra na concepção de Ploeg (2003), a qual vislumbra que os agricultores utilizam a maleabilidade do processo de produção e espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas ao projeto dominante da modernização.

## **Análise e discussão dos resultados**

A pesquisa demonstrou tanto com base nos dados secundários e nas entrevistas com os informantes-chave, como na pesquisa de campo, alguns pontos que merecem destaque, mesmo que sejam res-

---

<sup>18</sup> A ACEVAM foi fundada em 1994 e é integrante do núcleo Regional Litoral Solidário da Rede ECOVIDA de Agroecologia – formada por pessoas e organizações da Região Sul do Brasil que possuem como objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica.

postas preliminares e que ainda exigem maior aprofundamento e até mesmo novas pesquisas.

Das tendências demográficas tanto os dados secundários como a pesquisa de campo comprovaram o intenso êxodo rural nas primeiras décadas (1970 a 2000), bem como sua redução no período mais atual, considerando que ele se mostra com um êxodo seletivo, ou seja, dos mais jovens. Todavia, o estudo considerou que a pesquisa precisa ser mais aprofundada e direcionada a fim de verificar se predominam (atualmente) as migrações de jovens do sexo feminino. Não obstante de se comprovar que a mão de obra feminina ocupada no meio rural do município, vem reduzindo sensivelmente, conforme mostram dados secundários e a pesquisa junto aos agricultores familiares. Ainda constata-se o *êxodo seletivo* por outros fatores, como baixa quantidade média de membros nas famílias e a elevada idade dos chefes das mesmas, mostrada na pesquisa de campo. Aliado a isso, há a preocupação dos informantes-chave quanto à questão de sucessão familiar nas propriedades rurais, demonstrada também pela individualização da gestão da produção.

Quanto à *masculinização*, tanto os dados secundários, como a pesquisa de campo, ratificaram o predomínio do fenômeno nas ocupações agrícolas que tem ligação direta com as questões anteriores, ou seja, a preocupação com a sucessão nas atividades agropecuárias (dada o baixo nível de fecundidade no campo), bem como a relação com o *envelhecimento*. Neste caso, a pesquisa de campo fundamentou tal tendência, igualmente confirmada pelas entrevistas com informantes-chave e também relacionada ao êxodo seletivo, referido acima.

No tocante as *ocupações e rendas*, provaram-se as hipóteses de aumento das ocupações não agrícolas e das rendas auferidas nas mesmas, com equivalente redução das ocupações agrícolas, o que os dados secundários demonstram, conforme apurado na redução da mão de obra nas atividades agropecuárias no período 1985 a 2006 (vide Tabela 2). Outro dado que chamou atenção é a participação expressiva da renda de aposentadoria na composição da renda familiar, também esta correlacionada com os fenômenos demográficos analisados, dado o envelhecimento da população, a questão do êxodo jovem, entre outros. Já o crescimento da *pluriatividade* mostra-se como tendência e interligada também aos resultados encontrados, tais como a redução do emprego e da renda nas atividades agrícolas da especialização produtiva no cultivo de arroz, entre outras. A investigação demonstrou ainda que a pluriatividade na família se dá eminentemente com os jovens ocupando as atividades não agrícolas e não com a divisão de tarefas (agrícolas

e não agrícolas) entre os chefes da família, o que se relaciona com a questão da sucessão da propriedade no município e o caráter da renda em tese<sup>19</sup> ser individualizada. Nestes quesitos, importa dizer que a pesquisa carece de análise pormenorizada, no intuito de concluir se o crescimento da pluriatividade (maior diversificação da renda, menor risco, entre outras) também poderia levar a um maior investimento nas atividades agropecuárias e redução do êxodo rural, assim como novas pesquisas na Europa vêm concluindo<sup>20</sup>, não obstante a pluriatividade intersetorial examinada revela atividades não agrícolas de baixa qualificação e remuneração, no período da pesquisa.

No que concerne às *estratégias* dos agricultores, observou-se a propensão à especialização produtiva, conforme os dados secundários revelaram nas últimas décadas. Isso gera nos cultivos de arroz, fumo, banana e milho um quadro de excessiva dependência e concentração de renda. Entretanto, há também, em paralelo, um crescimento de práticas de agricultura orgânica, já com resultados em termos de recuperação de empregos e rendas agrícolas e de maior diversificação produtiva, bem como preservação do meio ambiente, de áreas anteriormente degradadas, conforme apurado nas entrevistas com os informantes-chave e diretamente em visitas a estas propriedades rurais. Porém, a construção desses novos mercados ainda carece de maior diversificação de atividades que (por exemplo) podem ser impulsionadas pelo incentivo ao turismo rural aliado à produção agroecológica, dado o potencial do município pelas suas belezas naturais.

### Considerações finais

Conclui-se, através deste estudo, que o padrão de desenvolvimento agrícola seguido no município gerou grande dinamismo em sua fase inicial (meados da década de 1970), criando renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural, através da especialização em uma *commodity* (arroz), num processo de acumulação primitiva. O quadro gestado enquadrou-se dentro das concepções desenvolvimentistas que se tinha entre as décadas de 1970 e 1980, apoiadas em políticas públicas como o PROVÁRZEA. Resultou, por outro

---

<sup>19</sup> Nesse ponto, exigir-se-ia novas pesquisas mais específicas para se comprovar, ou não, tal assertiva.

<sup>20</sup> Estudos na Holanda, Alemanha, Itália e Espanha vêm indicando uma inter-relação positiva entre a multifuncionalidade na agricultura e a produção de alimentos. Ou seja, os ganhos obtidos a partir de novas atividades ajudam os agricultores a investir em clássicas atividades agrícolas. (Ver OOSTINDIE e outros, 2010).

lado, que os agricultores tornaram-se “reféns” desse processo, pois a economia do município passou a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária. E o que se viu foram reduções crescentes dos empregos e rendas rurais ao longo dos últimos anos, corroborando o que as pesquisas do projeto Rurbano vêm constatando em diversas regiões rurais do país.

Preponderou um padrão de especialização produtiva de forma que predominou os estilos de agricultura internalizados ao projeto de modernização. Aprofundou-se neste período a mercantilização da agricultura familiar e acentuou-se a dependência às flutuações de preços e custos ditados pelos grandes mercados, contribuindo para a redução do emprego rural e o abandono maciço de um contingente elevado de famílias rurais.

Ao mesmo tempo, ao longo dos anos, novas “reações” se formaram. Pluriatividade e êxodo seletivo, entre outras, foram algumas destas que também explicam a redução da mão de obra empregada no meio rural do município. Além disso, novos fenômenos demográficos apareceram, masculinização e envelhecimento da população rural. Tendências estas que demonstram a queda do emprego feminino no campo. Já do envelhecimento, demonstra-se a menor participação de pessoas nesta faixa etária no mercado de trabalho, garantidos pelo crescimento dos benefícios previdenciários que propiciaram garantia de renda e conseguiram reduzir o êxodo rural.

Constataram-se também novas tendências a partir de estratégias dos próprios agricultores, dada a diversidade da agricultura familiar. Embora estas hoje, com pouca representatividade para recompor emprego e impedir as migrações rurais-urbanas, possam trazer novas configurações para a reprodução social dos agricultores familiares do município, ao longo dos próximos anos. Movimento este consubstanciado em estratégias de desmercantilização, como produção agroecológica, aumento da produção para autoconsumo familiar e inserção em novos mercados.

Configura-se, portanto, um arranjo no qual o estabelecimento é pluriativo, ou seja, unidade de produção e reprodução possui várias fontes de renda, mas, ao mesmo tempo, a produção agropecuária prevalece especializada. A questão aberta é saber como se conjugará uma unidade produtiva multidimensional na qual se pratica agricultura e outras atividades (pluriatividade) com a tendência à especialização contínua entre os agricultores familiares, com baixa rentabilidade da atividade agrícola. Enfim, até que ponto este “caminho”, como se pode verificar, não vai ameaçar a agricultura familiar da região,

seus recursos naturais, bem como a reprodução social de um universo ainda maior de famílias? E, além disso, quais os espaços de manobra proporcionados pela formatação do mercado para a diversificação produtiva e consequente geração de emprego, renda agrícola e preservação dos recursos naturais?

Disto tudo, os resultados deste estudo deixam lacunas que aqui não conseguirão ser esclarecidas, dada à complexidade de questões e do universo de temas daqui derivados. Desse processo, exige-se a necessidade de novos arranjos na governança das zonas rurais, bem como, na elaboração de políticas públicas que contemplem essas novas dinâmicas de ocupações e seus fenômenos demográficos, a presença da pluriatividade e as alternativas de construção de novos mercados (prática da agroecologia, turismo rural, entre outras), além de um novo entendimento entre espaço rural/urbano.

### Referências bibliográficas

- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, 2005, p. 661-694.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1034).
- BRANDT, R. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil. *Conjuntura Social*, Brasília, v. 12, n. 2, 2001, p. 7-64.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IBASE, 1999.
- CARNEIRO, M. J. *Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Instituto de Economia, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1 maio 1997, p. 43-81.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2010-2011.
- \_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 1985; Censo Agropecuário 1995/1996; Censo Agropecuário 2006.
- \_\_\_\_\_. Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.
- KAGEYAMA, A. *O sub-emprego agrícola nos anos 90*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1997. (Texto para Discussão).



- LONG, N. Cambio rural, neoliberalismo y mercantilización: el valor social desde una perspectiva centrada en el actor. In: ZENDEJAS, S. Y.; VRIES, P. (Eds). *Las disputas por el México rural: Transformaciones de practicas, identidades y proyectos* El Colegio de Michoacán, Zamora, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Development sociology: actor e perspectives*. Londres: Routledge, 2001.
- MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.
- OOSTINDIE, Henk; PLOEG, Jan Douwe van der; BROEKHUIZEN, Rudolf van; VENTURA, Flaminia; MILONE, Pierluigi – The central role of nested markets in rural development in Europe. *Rivista di Economia Agraria* a. LXV, n. 2, junho, 2010.
- PLOEG, J. D. van der. *Labor, markets, an agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, Jan Douwe van der; LONG, Ann. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assent: Van Gorcum, 1994, p.7-30.
- PLOEG, J. D. van der. et al. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMANN, E. S.; MOLINA, M.G. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Las ediciones de la piqueta, 1992, p. 153-195.
- SCHNEIDER S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- SILVA, C. A.; SCHEIBE, L. F. A dinâmica territorializadora da rizicultura na bacia do rio Araranguá (SC). In: *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, jul./dez. 2006.
- SILVA, Tiago Moraes. *Dinâmicas demográficas e ocupacionais e a reprodução social da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Praia Grande (SC)*, 2011, 218f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Projeto Rurbano*. [2011]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/nea/>>. Acesso em: 04 jun., 2011.

SILVA, Tiago Moraes, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, Leonardo Xavier da Silva. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2013, vol. 21, n. 1, p. 58-83, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais*). Este artigo trata da reprodução social dos agricultores familiares do município de Praia Grande, região do Extremo-Sul Catarinense diante do avanço da mercantilização da agricultura familiar. Discute-se o processo de mercantilização com enfoque nas mudanças na base técnico-produtiva e externalização do processo de produção na agricultura, a partir de meados da década de 1980. Gera-se, um “novo rural” e dentre as características estão: queda de renda e emprego agrícola, especialização produtiva e crescimento da pluriatividade. Surgem novos fenômenos demográficos; masculinização, envelhecimento e êxodo “seletivo”. E um conjunto de estratégias dos agricultores; inserção em novos mercados, como a produção agroecológica.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, mercantilização, dinâmicas demográficas e ocupacionais.

**Abstract:** (*Social reproduction process among Family farmers in Praia Grande-Santa Catarina (Brazil): demographic and occupational dynamics*). This paper describes the social reproduction of family farmers in the community of Praia Grande, Southern region of Santa Catarina, Brazil, facing mercantile e expansion of family agriculture. The article discusses the mercantilization process with a focus on changes based on technical-productive aspects and outsourcing of the agricultural production process, beginning in the mid-1980s. This generates “new rurality” among whose features are: falling in come and agricultural employment, productive specialization and growth of pluri-activity. There are new demographic phenomena; masculinization, ageing and “selective” exodus. And a set of strategies adopted by farmers; insertion in new markets, such as agroecological production.

**Key words:** Family farming, Mercantilization, Demographic and occupational Dynamics.